

Ano XXIV nº 6382 – 15 de julho de 2021

## Reforma tributária pode acabar com vale-refeição e vale-alimentação



A proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro pode comprometer direitos conquistados por várias categorias, inclusive a dos bancários. Entre as mudanças apresentadas pelo governo e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, está a possibilidade de extinção dos vales refeição e alimentação. Isso porque, pela proposta de reforma tributária, as empresas que concedem esses benefícios deverão deixar de abater a despesa no Imposto de Renda.

A ameaça aos vales refeição e alimentação foi divulgada nesta quarta-feira pelo portal UOL. A informação é de que o relator da reforma tributária, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), encampou a sugestão do governo de acabar com esse benefício fiscal

às empresas. Segundo o UOL, o Ministério da Economia calcula que, com essa medida que deve levar inúmeras categorias à perda destes direitos, o governo poderá arrecadar R\$ 1,4 bilhão em 2022 e R\$ 1,5 bilhão em 2023.

“Temos que impedir mais esse ataque aos nossos direitos. A categoria bancária conquistou o benefício do vale-refeição e do vale-alimentação com muita luta. Esse governo negocia aliviar o imposto sobre dividendos para atender aos mais ricos, para as grandes empresas e, ao mesmo tempo, retira direitos dos trabalhadores”, criticou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

Cerca de 280 mil empresas em todo o país oferecem os benefícios para parte dos 22,3 milhões de trabalhadores. Sem a isenção fiscal, a tendência é que os empresários desistam desses benefícios. “Essa proposta mostra bem que o governo Bolsonaro, seus ministros e toda a equipe de governo aplicam, cada vez mais, políticas contra a classe trabalhadora, ignoram o diálogo, a não ser com a elite privilegiada. Por isso, não basta apenas tirar Bolsonaro, temos de mudar a política de governo e a linha neoliberal de Paulo Guedes”, destacou a presidenta da Contraf-CUT.

Para Juvandia Moreira, é fundamental que não só a categoria bancária se mobilize para barrar esses ataques aos direitos conquistados, mas que toda a sociedade tome consciência da importância de se mudar os rumos do país. “No dia 24, vamos novamente às ruas contra Bolsonaro, mas também contra essa política neoliberal que aumenta cada vez mais a miséria da população. Temos de mostrar que somos contra esse governo e que queremos outra forma de se administrar o país”, afirmou.

## COE cobra do Bradesco explicações sobre denúncias de bancários

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco reuniu-se com o banco nesta quarta-feira 14 para cobrar esclarecimentos sobre denúncias de bancários a respeito de alguns temas que envolvem segurança e aplicações financeiras. A COE representa os trabalhadores nas negociações frente ao banco.

Os bancários relatam que o Bradesco está convocando funcionário para esclarecimentos, quando identificam pagamentos de contas com o CPF dos bancários, cujo recurso saia de outra conta, que não seja a do mesmo CPF. Segundo queixas dos bancários, o método utilizado durante a averiguação não é adequado. Muitos se sentem invadidos, como se tivessem feito algo errado ou ilegal.

O banco informou à COE que, de fato, faz cruzamento e, quando identifica essa situação, faz um pedido de esclarecimento. Uma vez identificado que não há uso indevido, o gestor faz um apontamento e encerra a situação.

O banco se comprometeu ainda a reorientar as lideranças, pois o real intuito é proteger os dados dos bancários e dos clientes, e não fazer perseguição a ninguém.